



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



1

### **APELAÇÃO CRIMINAL Nº 284242-49.2017.8.09.0174 (201792842422)**

COMARCA DE SENADOR CANEDO

APELANTE	MINISTÉRIO PÚBLICO
APELADO	GILMAR ALVES DOS SANTOS
RELATOR	DES. ITANEY FRANCISCO CAMPOS

### **RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 284242-49.2017.8.09.0174 (201792842422)**

RECORRENTES	GILMAR ALVES DOS SANTOS E PAULO MÁRCIO TAVARES
RECORRIDO	MINISTÉRIO PÚBLICO

**EMENTA:** APELAÇÃO CRIMINAL. ARTIGO 121, § 2º, INCISO IV, DO CÓDIGO PENAL. VIABILIDADE DA PRONÚNCIA. CONCURSO DE PESSOAS. Em se tratando de concurso de pessoas, o artigo 29 do Código Penal adota a teoria monista ou unitária, de modo que todos que concorrem para o crime por ele respondem, na medida da sua culpabilidade. Na fase da pronúncia, existindo prova da materialidade e havendo indícios suficientes de autoria, deve o acusado ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. IMPOSSIBILIDADE DE ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA POR EXCLUDENTE DE ILICITUDE DO ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL E PELA LEGÍTIMA DEFESA PUTATIVA. PRESENÇA DE ‘ANIMUS NECANDI’ NA CONDUTA DOS AGENTES. PRONÚNCIA MANTIDA. INVIABILIDADE DE DESCLASSIFICAÇÃO PARA HOMICÍDIO NA MODALIDADE CULPOSA. 1. Presentes os elementos mínimos do juízo de admissibilidade da



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



2

acusação, quais sejam, prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria e não havendo comprovação, de plano, de qualquer excludente de ilicitude ou de antijuridicidade, impossível a absolvição sumária, devendo ser mantida a decisão que determinou a submissão do acusado a julgamento pelo Tribunal do Júri. 3. A desclassificação do crime de homicídio qualificado para homicídio culposo somente será admissível, na fase de pronúncia, se evidente e inquestionável o suporte fático a ensejá-la, o que não se verifica na hipótese. **RECURSOS CONHECIDOS, PARA DAR PROVIMENTO AO APELO MANEJADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, A FIM DE PRONUNCIAR GILMAR ALVES DOS SANTOS NAS SANÇÕES DO ARTIGO 121, § 2º, INCISO IV, DO CÓDIGO PENAL, EM RELAÇÃO À VÍTIMA TIAGO RIBEIRO MESSIAS E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO EM SENTIDO ESTRITO INTERPOSTO PELOS ACUSADOS, PARA MANTER A PRONÚNCIA DE AMBOS NAS SANÇÕES DO ARTIGO 121, § 2º, INCISO IV, DO CÓDIGO PENAL, EM RELAÇÃO À VÍTIMA MARCO ANTÔNIO PEREIRA DE BRITO, BEM ASSIM MANTER A PRONÚNCIA DE PAULO MÁRCIO TAVARES NAS SANÇÕES DO ARTIGO 121, § 2º, INCISO IV, DO CÓDIGO PENAL, EM RELAÇÃO À VÍTIMA TIAGO RIBEIRO MESSIAS. MANTIDAS AS PRISÕES DE AMBOS OS ACUSADOS.**

## ACÓRDÃO

**VISTOS**, relatados e discutidos os presentes autos de



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



3

**Apelação Criminal/Recurso em Sentido Estrito** nº 284242-49.2017 (201792842422), da Comarca de Senador Canedo, em que, em relação ao apelo, figura como Apelante o Ministério Público e Apelado Gilmar Alves dos Santos e, no tocante ao Recurso em Sentido Estrito, como Recorrentes Gilmar Alves dos Santos e Paulo Márcio Tavares e Recorrido o Ministério Público.

**ACORDAM** os integrantes da Primeira Turma Julgadora da Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, por unanimidade de votos, acolhido o parecer da Procuradoria-Geral de Justiça, **em conhecer dos recursos, para dar provimento ao apelo interposto pelo Ministério Público, a fim de pronunciar o acusado Gilmar Alves dos Santos nas sanções do artigo 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal, em relação à vítima Tiago Ribeiro Messias e negar provimento ao Recurso em Sentido Estrito interposto pelos acusados Gilmar Alves dos Santos e Paulo Márcio Tavares, a fim de manter a pronúncia de ambos nas sanções do artigo 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal, quanto à vítima Marco Antônio Pereira de Brito, bem assim a pronúncia de Paulo Márcio Tavares nas sanções do artigo 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal, em relação à vítima Tiago Ribeiro Messias, nos termos do voto do relator.**

**VOTARAM**, além do Relator, o Desembargador Ivo Favaro, que presidiu o julgamento, e o Juiz Fernando de Castro Mesquita, substituto do Desembargador J. Paganucci Jr. Proferiu sustentação oral o Dr. Ricardo Silva Naves.

Presente a ilustre Procuradora de Justiça, Doutora Joana D'arc Corrêa da Silva Oliveira.

Goiânia, 24 de setembro de 2019.

**DES. ITANEY FRANCISCO CAMPOS**

RELATOR

1-jc



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



4

### **APELAÇÃO CRIMINAL Nº 284242-49.2017.8.09.0174 (201792842422)**

COMARCA DE SENADOR CANEDO

APELANTE	MINISTÉRIO PÚBLICO
APELADO	GILMAR ALVES DOS SANTOS
RELATOR	DES. ITANEY FRANCISCO CAMPOS

### **RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 284242-49.2017.8.09.0174 (201792842422)**

RECORRENTES	GILMAR ALVES DOS SANTOS E PAULO MÁRCIO TAVARES
RECORRIDO	MINISTÉRIO PÚBLICO

## **VOTO**

Cuida-se de Apelação Criminal e de Recurso em Sentido Estrito interpostos, respectivamente, pelo Ministério Público e pela defesa dos acusados GILMAR ALVES DOS SANTOS e PAULO MÁRCIO TAVARES, em desprestígio da decisão de fls. 818/834, que pronunciou PAULO MÁRCIO TAVARES nas sanções do artigo 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal em relação às vítimas Tiago Ribeiro Messias e Marco Antônio Pereira de Brito e pronunciou GILMAR ALVES DOS SANTOS nas sanções do artigo 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal, em relação à vítima Marco Antônio Pereira de Brito, absolvendo-o, com fundamento no artigo 415, inciso II, do Código de Processo Penal, em relação à vítima Tiago Ribeiro Messias, cujos fatos ocorreram no dia 25-11-2017, na cidade de Senador Canedo-GO.

Recursos próprios e tempestivos. Presentes os demais pressupostos de admissibilidade, deles conheço.

Para melhor compreensão do voto em testilha, analiso



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



5

primeiramente o recurso de apelação interposto pelo sujeito acusação.

No âmbito das razões, o Ministério Público pugna pela reforma da decisão de fls. 818/834, a fito de que o acusado GILMAR ALVES DOS SANTOS seja pronunciado também pela prática do delito do artigo 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal, em relação à vítima Tiago Ribeiro Messias, ao argumento de que referido acusado exercia a função de Comandante da equipe do Grupo de Patrulhamento tático, enquanto o corréu PAULO MÁRCIO TAVARES exercia a função de quarto homem da equipe policial, a qual contava, ainda, com os militares Flávio da Penha Gomes e Solimon José Martins, sendo que todos estavam na viatura policial VTR 7348.

Pontua a acusação que os acusados GILMAR ALVES DOS SANTOS e PAULO MÁRCIO desembarcaram da viatura e foram em direção ao veículo VW/Gol (conduzido pela vítima Tiago), todos com suas respectivas armas de fogo em punho e, ato contínuo, passaram, imediatamente, a realizar diversos disparos de arma de fogo em direção ao referido veículo, onde a vítima Tiago Ribeiro Messias era o motorista, enquanto a vítima Marco Antônio era o passageiro, conforme se extrai das imagens captadas pelas câmeras de monitoramento colacionadas aos autos.

Examinando detidamente o caderno processual, entendo que razão assiste ao sujeito acusação. Explico.

Inicialmente, ressalto que o caso tratado nos presentes autos foi amplamente divulgado na imprensa, sobretudo em razão do vídeo gravado pelas câmeras do estabelecimento comercial próximo (posto de gasolina), em que os acusados GILMAR ALVES DOS SANTOS e PAULO MÁRCIO TAVARES já desceram da viatura e, ato contínuo, começaram a disparar contra o veículo que estava em fuga, em cujo interior se encontravam as vítimas Tiago Ribeiro Messias (motorista do veículo gol branco e vítima do crime de roubo ocorrido numa chácara na Vila Galvão) e Marco Antônio Pereira de Brito (passageiro do veículo Gol e autor do crime de roubo).



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



6

No âmbito da decisão de fls. 818/834, proferida em 23-7-2018, o dirigente procedimental da 2ª Vara Criminal da Comarca de Senador Canedo pronunciou o acusado GILMAR ALVES DOS SANTOS nas sanções do artigo 121, § 2º, inciso IV, em relação à vítima Marco Antônio Pereira de Brito, absolvendo-o, com fundamento no artigo 415, inciso II, do Código de Processo Penal (prova não ser ele autor ou partícipe do fato), da imputação do crime de homicídio em que figurou como vítima Tiago Ribeiro Messias (motorista do veículo Gol branco e vítima do crime de roubo).

Confira-se trecho da decisão, sobretudo no tocante à absolvição sumária:

"(...) De outro vértice, verifica-se que a vítima Tiago Ribeiro Messias foi atingida apenas por disparos efetuados pelo réu PAULO MÁRCIO, conforme conclusão de fls. 359.

Inexistem provas nos presentes autos, outrossim, que o acusado GILMAR teria concorrido, de alguma forma, para a prática do delito perpetrado contra o referido ofendido, nem tampouco que teria assumido o risco de causar a sua morte.

Veja-se que os elementos probatórios colhidos durante a instrução indicam que o denunciado GILMAR, a todo instante, direcionou os seus disparos para o ocupante do carro sentado no banco do passageiro.

Não há informações de que também teria disparado na direção do motorista, deixando de acertá-lo por erro de mira.



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



7

Ademais, não há comprovação do sustentado liame subjetivo existente entre os réus para ceifar a vida das duas vítimas, até mesmo diante da rapidez em que os fatos se desenrolaram.

Nesse contexto, a absolvição do réu GILMAR, no que tange à vítima Tiago Ribeiro Messias, é medida que se impõe, remanescendo para ele, todavia, a imputação concernente à vítima Marco Antônio Pereira de Brito.” (fls. 829/830).

De início, sublinho que neste momento processual, de mera admissibilidade do pleito acusatório, o magistrado somente pode afastar a competência do Tribunal do Júri ou absolver sumariamente em casos evidentes, diante de inequívoca demonstração de que o fato não constituiu crime e/ou inexistir nos autos prova da materialidade do crime e indícios suficientes de autoria, bem assim quando presente uma das causas de excludente de ilicitude ou de antijuridicidade.

Trata-se de uma fase em que não é necessário que o magistrado tenha convicção plena da autoria por parte do acusado, bastando que exista nos autos uma vertente de prova suficiente a levar a questão à apreciação do Conselho de Sentença.

A decisão de pronúncia consiste no juízo de admissibilidade da acusação, com o fito de ser o acusado julgado soberanamente pelo Tribunal do Júri, juiz natural-constitucional para os crimes dolosos contra a vida e os com ele conexos, não sendo necessário para tanto que exista certeza sobre a autoria delitiva, bastando indícios suficientes.

Nesse passo, dois são os pressupostos mínimos que devem ser demonstrados por ocasião da pronúncia, a teor do artigo 413 do Código de



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



8

Processo Penal, para o envio do acusado a julgamento popular, quais sejam: a certeza sobre a existência do crime doloso contra a vida e indícios suficientes da autoria ou da participação.

Eis a redação do aludido dispositivo legal:

“Art. 413. O juiz, fundamentadamente, pronunciará o acusado, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.”

Por outro lado, conforme acima mencionado, a absolvição sumária somente é cabível quando o juiz se convencer da presença incontroversa de causa excludente da ilicitude ou da culpabilidade ou, após a entrada da Lei nº 11.689/08, quando provada a inexistência do fato, provado não ser o acusado autor ou partícipe, ou quando o juiz entender que o fato não constitui infração penal.

Esclarecendo o assunto, explica o nobre processualista Eugênio Pacelli que:

“(...) na decisão de pronúncia, o que o juiz afirma, com efeito, é a existência de provas no sentido da materialidade e da autoria. **Em relação à materialidade, a prova há de ser segura quanto ao fato. Já em relação à autoria, bastará a presença de elementos indicativos, devendo o juiz, tanto quanto possível, abster-se de revelar um convencimento absoluto quanto a ela. É preciso considerar que a decisão de**





## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



9

**pronúncia somente deve revelar um juízo de probabilidade e não o de certeza".<sup>1</sup> (grifo meu)**

A propósito, válida é a lição de Renato Brasileiro de Lima:

"(...) juízo de certeza: para que o acusado seja absolvido sumariamente, é necessário um juízo de certeza. De fato, como se pode perceber pela própria redação dos incisos do art. 415 (...) **a absolvição sumária, por subtrair dos jurados a competência para apreciação do crime doloso contra a vida, deve ser reservada apenas para as situações em que não houver qualquer dúvida por parte do magistrado. (...)**" (Código de Processo Penal Comentado, Editora Juspodvim, p. 1142/1143).

De acordo com a denúncia, no dia 25-11-2017, GILMAR ALVES DOS SANTOS exercia a função de Comandante da equipe de Grupo de Patrulhamento Tático- GPT, enquanto PAULO MÁRCIO TAVARES exercia a função de quarto homem da equipe policial que contava, ainda, com os militares Flávio da Penha Gomes e Solimon José Martins, sendo que todos estavam na viatura policial VTRL 7348.

Neste contexto, por volta das 17horase20min, a mencionada equipe policial foi comunicada, via rádio da PM, sobre a ocorrência do

---

1. Curso de Processo Penal, 13. ed., 2ª tiragem, p. 696.



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



10

crime de roubo em uma chácara, ocasião em que um indivíduo armado (a vítima adolescente Marco Antônio) teria subtraído o veículo VW/Gol de cor branca e levado a vítima (Tiago Ribeiro Messias) como refém, para condução do automóvel.

De posse de tais informações, a equipe policial GPT passou a realizar patrulhamento pelas imediações da Avenida Dom Emanuel, na cidade de Senador Canedo, quando, em determinado momento, recebeu pelo rádio recomendação de apoio a uma viatura policial que já estava realizando o acompanhamento do Gol em fuga.

Ao passar pelo cruzamento da Avenida Dom Emanuel com a Avenida Progresso, a equipe GPT visualizou o veículo VW/Gol G4, placa ONB 0296, sendo acompanhado por uma viatura policial de área com o giroflex ligado.

Diante disso, os policiais militares GILMAR ALVES DOS SANTOS, PAULO MÁRCIO e Solimon, integrantes da equipe do GPT, desembarcaram de sua viatura e foram em direção ao veículo VW/Gol, todos com suas respectivas armas de fogo em punho. Ato contínuo, os acusados GILMAR e PAULO MÁRCIO passaram, imediatamente, a realizar diversos disparos de arma de fogo em direção ao veículo em que se encontravam as vítimas Tiago Ribeiro Messias como condutor e Marco Antônio como passageiro, conforme se extrai das imagens captadas pelas câmeras de monitoramento constante nos autos às fls. 483.

Exsurge que, mesmo após a completa parada do veículo Gol branco, e, sem qualquer reação ou possibilidade de defesa de Tiago e Marco Antônio, os acusados GILMAR e PAULO MÁRCIO continuaram a efetuar disparos de arma de fogo em direção às vítimas ocupantes do veículo, conforme se denota das imagens do circuito de monitoramento do Posto Xodó. Os diversos disparos de arma de fogo realizados pelos acusados causaram as mortes das vítimas Tiago Ribeiro Messias e Marco Antônio, conforme exames cadavéricos de fls. 233/235 e 236/238.

O laudo de exame de confronto microbalístico atestou



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



11

que os diversos projéteis (sete ao todo) retirados do corpo da vítima Marco Antônio Pereira de Brito foram expelidos por duas armas de fogo, com os números de série SFZ 88800 e SZH 87788, utilizadas por GILMAR e PAULO MÁRCIO, respectivamente (fls. 335/360).

**Examinando detidamente o contexto fático probatório, entendo que a hipótese é de coautoria** e, embora tenha sido constatado pelo laudo de exame de confronto microbalístico, de fls. 439, que os dois únicos projéteis de arma de fogo retirados do corpo da vítima Tiago Ribeiro Messias foram expelidos pela arma de fogo com número de série SZH87788, de uso do acusado PAULO MÁRCIO, **não há dúvidas de que a responsabilidade pela prática, em tese, do homicídio da referida vítima deve recair sobre os dois agentes, pelo menos para o efeito de submetê-los ao julgamento do Colegiado popular.**

Dos elementos probatórios produzidos na primeira fase do procedimento escalonado do Tribunal do Júri, tem-se que o acusado GILMAR ALVES DOS SANTOS também tinha o domínio do fato delituoso pela realização conjunta da conduta criminosa, na medida em que tinha conhecimento de que no veículo Gol branco existia uma vítima do crime de roubo e, ainda, assim, de forma precipitada e sem qualquer observância às normas que regem a própria conduta militar, efetuou, assim que desceu da viatura, diversos disparos de arma de fogo contra o veículo Gol branco, onde também se encontrava a vítima Tiago Ribeiro Messias, na condição de motorista.

Sabe-se que o crime pode ser praticado por uma ou várias pessoas em concurso, que colaborem moral ou materialmente para sua execução. Esse concurso de pessoas, ou concurso de agentes, ou coautoria, ou participação criminosa, pode ser definido como a ciente e voluntária colaboração de duas ou mais pessoas, na prática da mesma infração penal.

Há convergência de vontades para um fim comum, que é



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



12

a realização do tipo penal, sem que seja necessário ajuste prévio entre os colaboradores. Mesmo que não se defina a quem atribuir a produção direta do evento, no que se convencionou chamar de autoria incerta, todos os que colaboraram para o resultado respondem por ele. Trata-se de um concurso subjetivo ou coletivo, mantendo-se a teoria unitária, ou monista, segundo a qual quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas.

Utilizando-se das premissas da teoria do domínio do fato, publicada, em 1965, por Claus Roxin, em sua monumental monografia sobre Autoria e domínio do fato, ter uma posição de comando não significa, necessariamente, concorrer ou causar o fato, de sorte que só será possível falar em autoria se o chefe de um grupo emitir uma ordem dentro de uma estrutura que atenda aos requisitos do domínio da organização (estrutura verticalizada, dissociação do direito, fungibilidade do executor), ou da coautoria, em que ocorre a decisão comum, a contribuição relevante na fase de execução, sendo esta exatamente a hipótese retratada nos autos em testilha.

Sobre a teoria coletiva, mostram-se valiosos os ensinamentos do Professor Juarez Cirino dos Santos:

"A autoria coletiva significa domínio comum do tipo de injusto mediante divisão do trabalho: **subjetivamente**, decisão comum de realizar (com consciência e vontade) tipo de injusto determinado; **objetivamente**, realização comum de tipo e injusto determinado, mediante contribuições parciais integradas no domínio conjunto do fato. A convergência subjetiva e objetiva dos coautores exprime acordo de vontades, expresse ou tácito, para realizar tipo de injusto determinado." (Manual de Direito Penal Parte Gerall,



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



13

2ª edição, revista e atualizada, 2012, pg. 200/201).

De acordo com o entendimento doutrinário, para que se possa concluir pelo concurso de pessoas, é preciso verificar a presença dos seguintes requisitos: 1. pluralidade de agentes e de condutas; 2. relevância causal de cada conduta; 3. vínculo subjetivo ligando cada concorrente às diversas condutas e; 4. identidade de infração penal para todos os concorrentes.

Ao tratar desse tema, Alberto Silva Franco e Rui Stoco expõem a matéria com a maestria que lhes é peculiar:

"(...) Elementos do concurso de pessoas. O concurso de crimes aperfeiçoa-se com o preenchimento conceitual de quatro dados fundamentais os quais, em seguida, serão especificados.

Pluralidade de condutas. O vocábulo concurso, entre outras acepções, inclui a de cooperação ou participação numa ação em comum (...)

Relevância causal de cada conduta - É de todo indispensável também que cada conduta posta em prática pelos concorrentes apresentem uma relevância causal em relação ao fato criminoso praticado em conjunto. Se a conduta empreendida por um dos concorrentes não tiver nenhum nexo de causalidade que a vincule à prática da infração penal, tal conduta não terá relevância e o concurso de pessoas não se concretizará no que tange ao referido agente. (...)

Vínculo subjetivo ligando cada concorrente



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



14

às diversas condutas. Não basta, no entanto, que haja pluralidade de pessoas e relevância causal da conduta empreendida: é mister algo mais, ou seja, que se forme um vínculo, de caráter subjetivo, ou psicológico entre os vários concorrentes, em razão do qual cada concorrente tem consciência e vontade de contribuir para a atividade criminosa de outrem. Não há necessidade de prévio ajuste entre os concorrentes, mas tão somente a adesão consciente e voluntária de cooperar para a obra comum. (...)

Identidade da infração para todos os concorrentes – O derradeiro elemento configurador do concurso de pessoas refere-se à identidade da infração penal. Isto significa que todos os concorrentes, cujas condutas têm relevância causal e estão relacionados subjetivamente, devem objetivar a prática de uma mesma infração penal. É, sem sombra de dúvida, esse objetivo o fio condutor que perpassa, de forma indelével, a conduta de cada um e de todos os concorrentes.” (Código Penal e sua Interpretação, ed. Revista dos Tribunais, 8ª edição, p. 224/225)

No caso em exame, todos os requisitos acima citados estão presentes, sobretudo no que se refere à relevância causal de cada conduta – já que os próprios acusados afirmaram que permaneceram atirando em razão de que teriam ouvido barulhos de tiros (que na verdade eram daqueles que os próprios agentes estavam efetuando).



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



15

O liame subjetivo entre os agentes também é certo, na medida em que o acusado GILMAR ALVES DOS SANTOS coordenava as ações policiais praticadas por toda a equipe. Neste ponto, vale ressaltar que a exigência de liame ou vínculo subjetivo não significa a necessidade de ajuste prévio ou conluio entre os autores, bastando que um agente adira à vontade do outro, tal como aconteceu no caso em tela.

Nesse contexto, é irrelevante que o projétil que acabou atingindo a vítima Marco Antonio Pereira de Brito tenha saído desta ou daquela arma, se os agentes, atuando com o mesmo elemento subjetivo (dolo, ainda que eventual), praticaram, vinculados psicologicamente, atos que visavam contribuir para a consecução dos seus objetivos comuns.

Assim, os dois acusados devem ser pronunciados pela prática de homicídio doloso, em concurso de pessoas, mostrando-se irrelevante a circunstância de ter o projétil que atingiu a vítima Tiago Ribeiro Messias procedido da arma de apenas um deles.

Nessa linha de compreensão, encontra-se o posicionamento jurisprudencial deste e. Tribunal de Justiça. Confira-se:

"Homicídios qualificados contra duas vítimas e concurso de pessoas. Impronúncia. Apelação da acusação. Pronúncia. Recurso em sentido estrito da defesa. 1 - A denúncia narra que as vítimas foram presas e conduzidas pelos denunciados para uma mata, onde foram executadas a tiros. Essa narrativa tem amparo probatório mínimo. Ora, se as vítimas foram conduzidas presas pelos denunciados para serem mortas na mata,



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



16

todos os denunciados respondem pelos crimes (e não somente aqueles que efetivaram disparos fatais). Vale dizer, aqueles que não efetuaram disparos fatais contribuíram para que as vítimas fossem mortas. 2 - Recurso da defesa desprovido. Recurso da acusação provido. Parecer acolhido.” (TJGO, Apelação Criminal 490622-66.2009.8.09.0051, Rel. Des. Edison Miguel da Silva Jr., 2ª Câmara Criminal, julgado em 28/04/2016, DJe 2027 de 13/05/2016)

“RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO EM CONCURSO DE AGENTES (ART. 121, §2º, INCISO II e IV c/c ART. 29 DO CP). ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA/IMPRONÚNCIA. NEGATIVA DE AUTORIA. AUSÊNCIA DE DOLO. IMPOSSIBILIDADE. 1 - Não restando claramente demonstrado que o recorrente não teria aderido à conduta do executor dos disparos que culminaram na morte da vítima, improcede o pedido de absolvição sumária. 2 - Comprovada a existência material do crime de homicídio qualificado em concurso de pessoas e havendo indícios suficientes da autoria, tanto bastante ao juízo de admissibilidade da acusação, impõe-se referendar a decisão de pronúncia, cabendo ao Tribunal do Júri dirimir a questão, em homenagem ao princípio in dubio pro societate, não se conferindo, pois, êxito à pretensão de impronúncia. RECURSO CONHECIDO E





## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



17

DESPROVIDO.” (TJGO, Recurso em Sentido Estrito 100584-64.2017.8.09.0160, Rel. Des. Avelirdes Almeida Pinheiro de Lemos, 1ª Câmara Criminal, julgado em 01/11/2018, DJe 2639 de 03/12/2018)

Além disso, no presente caso, é certo que, se o policial GILMAR não tinha a clara intenção de executar a vítima Tiago Ribeiro Messias, tal como ocorreu, assumiu completamente o risco de provocar esse resultado desde o momento em que realizou a abordagem do veículo de forma completamente equivocada, em desacordo com as normas do procedimento operacional padrão adotado pela Polícia Militar do Estado de de Goiás e colocando em risco não só a vida das vítimas, mas também outras pessoas que se achavam nas imediações do local.

**Feitas essas considerações, conheço do apelo interposto pelo Ministério Público e dou-lhe provimento, a fito de pronunciar o acusado GILMAR ALVES DOS SANTOS nas sanções do artigo 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal, em que figurou como vítima Tiago Ribeiro Messias, ordenando seja submetido a julgamento do Júri Popular.**

**Passo à análise do Recurso em Sentido Estrito interposto pela defesa dos acusados GILMAR ALVES DOS SANTOS e PAULO MÁRCIO TAVARES.**

No âmbito das razões, a defesa pugna pela absolvição sumária, quer por força da excludente de ilicitude do estrito cumprimento do dever legal, quer pela legítima defesa, putativa ou não – de todas as imputações que foram endereçadas aos acusados GILMAR ALVES DOS SANTOS e PAULO MÁRCIO TAVARES.

Ressalta que o recorrente GILMAR ALVES DOS SANTOS não assumiu a autoria dos disparos de arma de fogo que levaram a óbito as



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



18

duas vítimas e aduz que, embora tenha havido o concurso de agentes, todos os demais requisitos da coautoria estão ausentes, sobretudo o liame subjetivo entre as respectivas condutas, de sorte que "cada comportamento tem implicação isolada e incomunicável de uma ação para a outra".

Invoca a excludente de ilicitude do estrito cumprimento do dever legal e que a acusação não identificou o momento e o modo pelo qual os agentes teriam exorbitado os limites objetivos e subjetivos do dever de agir, e quando teria surgido no espírito dos acusados a deliberada e injustificada intenção de matar.

Quanto à conduta de GILMAR ALVES DOS SANTOS, alega a defesa que "numa abordagem de apoio, com risco apenas para si e para os de sua equipe, mas em defesa do sossego público, quase atropelados pelo tresloucado veículo em fuga, perseguido que era por uma viatura de área, interceptaram-no em procedimento de escurreia conjugação entre comedimento e eficácia, efetuando disparos nos pneus, forçando a brusca parada."

Pontua que foi "irretorquível a ação do denunciado Gilmar Alves dos Santos, eis que, naquele instante, na concomitância em que também se defendia, repele agressão iminente, com disparos que, de acordo com a prova científica, fizeram alojar projéteis, predominantemente, na parte posterior das mãos e dos dedos de seu quase algoz."

Quanto ao pronunciado PAULO MÁRCIO TAVARES, alega a defesa que o acusado agiu em estrito cumprimento do dever legal, na medida em que defendeu a integridade física do denunciado GILMAR ALVES DOS SANTOS.

Argumenta que não se poderia imaginar que havia uma vítima de sequestro dentro do veículo e que Tiago Ribeiro Messias não era a pessoa



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



19

visada, mas sim Marco Antônio (o adolescente que subtraiu o veículo gol branco), o qual se encontrava de arma em punho, representando perigo para os policiais no momento da abordagem.

Sustenta que os vidros do veículo Gol branco eram escuros, de sorte que não dava para visualizar quem estava no seu interior.

Ao final, pede a cassação da decisão de pronúncia de fls. 818/834, para que os acusados sejam absolvidos sumariamente, quer pela excludente do estrito cumprimento do dever legal, quer pela legítima defesa, putativa ou não, de todas as imputações que lhe são endereçadas, e, em derradeira hipótese, no que se refere ao pronunciado PAULO MÁRCIO TAVARES, pugna pela desclassificação, em relação à morte de Marco Antônio Pereira de Brito, para homicídio na modalidade culposa (fls. 973/984).

**Analisando o conteúdo do caderno processual, entendendo que razão não assiste aos recorrentes**, uma vez que restou comprovada a materialidade dos crimes de homicídio contra as vítimas Tiago Ribeiro Messias e Marco Antônio Pereira de Brito pelo termo de exibição e apreensão de fls. 14/15, laudos de exame cadavérico de fls. 233/235 e 236/238, laudo pericial de local de morte violenta de fls. 239/296, laudo de confronto microbalístico de fls. 335/360, laudo pericial de análise de imagens de fls. 415/478 e depoimentos colhidos na fase administrativa e sob o crivo do contraditório e da ampla defesa.

Quanto à autoria, há indícios suficientes de que os acusados GILMAR ALVES DOS SANTOS e PAULO MÁRCIO TAVARES foram, em tese, os responsáveis pelas mortes das vítima Marco Antônio Pereira de Brito e Tiago Ribeiro Messias.

Em juízo, a testemunha Rowena Gonçalves Messias, esposa da vítima Tiago Ribeiro Messias, afirmou que, no dia do ocorrido estava na chácara indicada na peça inicial, momento em que seu marido chegou na residência e



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



20

falou para ela se arrumar, pois iriam sair. Disse que, logo em seguida, a pessoa de Reginaldo, amigo da família, chegou avisando a ocorrência de um assalto na chácara, ocasião em que olhou pela janela e visualizou seu esposo com a mão para cima, razão pela qual entrou em contato com a Polícia Militar para relatar o delito, avisando que ele havia sido levado como refém, passando a descrever as suas características físicas, bem como que estaria num veículo gol branco. Disse que comunicou à atendente do COPOM que seu marido, a vítima Tiago Ribeiro Messias, estava na condução do referido veículo e que havia apenas um assaltante com ele.

Relatou que recebeu a notícia do falecimento do assaltante e que seu esposo havia sido alvejado na ação da polícia, sendo que, posteriormente, por volta das 21 horas do dia 25-11-2017, tomou ciência da morte da vítima Tiago Messias.

Por sua vez, a atendente do COPOM de Senador Canedo, a testemunha Patricia Marques Toledo, também policial, na audiência de instrução, declarou que atendeu a ligação efetuada por Rowena, sendo que repassou, via rádio, para as demais viaturas, que havia uma vítima de assalto no interior do veículo Gol branco. Relatou, ainda, que os ocupantes da viatura do GPT comunicaram-lhe que estavam na Avenida Manoel, sentido shopping e que eles sabiam que o sargento estava em acompanhamento um veículo Gol branco em fuga (mídia fls. 619).

Já os policiais militares Cleiton Teles e Murilo Viana, em juízo, asseveraram que estavam em serviço na data dos fatos, quando ouviram a informação oriunda do COPOM de que uma pessoa teria invadido uma chácara e levado um indivíduo como refém, o qual estava sem camisa, era calvo e que ambos estavam num veículo Gol G5.

Narraram que, em patrulhamento, avistaram um automóvel Gol, de cor branca, modelo G4, oportunidade em que resolveram abordá-lo. Todavia, o veículo branco empreendeu fuga, razão pela qual solicitaram o apoio



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



21

pelo rádio e, mais adiante, visualizaram a ação do GPT, que parou a viatura no meio da rua e, na abordagem, desferiram disparos contra o veículo Gol branco (mídia fls. 619).

Por seu turno, a testemunha Solimon José Martins, que também estava na mesma viatura que GILMAR ALVES DOS SANTOS e PAULO MÁRCIO TAVARES, esclareceu que estava na companhia dos acusados na viatura policial e, em patrulhamento, ouviram a notícia de um roubo de um Gol, de cor branca, modelo G5, sendo que o marido da comunicante havia sido levado como vítima.

Destacou que, em dado momento, ouviu um pedido de apoio efetuado por uma viatura diária, sendo que, quase concomitantemente, o veículo que se evadia da patrulha policial apareceu do lado direito do GPT, momento em que desembarcaram e, que, quando desceu da viatura, já ouviu um disparo.

Mencionou que, após realizar o contorno na viatura, visualizou o acusado PAULO MÁRCIO efetuar um disparo no pneu e, **após terem aberto a porta do motorista, viu o condutor desmaiado e o passageiro empunhando uma arma, sendo que não disparou porque o motorista do veículo estava em sua linha de tiro. No momento em que viu o menor com a arma já viu o sargento atirar. Relatou que achou estranho o sargento GILMAR entrar no veículo e atirar de dentro pra fora** (mídia fls. 619).

Tais depoimentos, somados às imagens das câmeras do posto de gasolina próximo ao local dos fatos, denotam que os recorrentes GILMAR ALVES DOS SANTOS e PAULO MÁRCIO TAVARES, quando da abordagem, desceram atirando, sem as cautelas de verificar quem estava no interior do veículo, tanto que, na fração de segundos que levou para desembarcar, a testemunha Solimon já teria ouvido o primeiro disparo (mídia fls. 619).

Em relação à vítima Tiago Ribeiro Messias, extrai-se que



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



22

a causa eficiente de sua morte foram os dois tiros que saíram da arma empunhada pelo recorrente PAULO MÁRCIO TAVARES, conforme se extrai do teor do documento de fls. 359, enquanto a vítima Marco Antônio Pereira de Brito, constata-se do laudo cadavérico de fls. 236/238 e do laudo de confronto balístico (fls. 359), que ambos os recorrentes foram os autores dos disparos (sete) de arma de fogo que lhe causaram a morte.

No âmbito do interrogatório, o acusado PAULO MÁRCIO relatou que a equipe do GPT recebeu a informação do COPOM acerca do roubo perpetrado, bem como que a vítima poderia ter sido levada como refém.

Destacou que, na companhia do recorrente GILMAR, desceu e, após este efetuar um disparo no pneu dianteiro, disparou contra o pneu traseiro, propiciando a parada do carro. Relatou que GILMAR abriu a porta do motorista e conseguiu visualizar o condutor com as mãos abaixadas e a arma do adolescente apontada, sendo que, logo em seguida, ouviu o barulho de tiros.

Disse que tentou efetuar o primeiro disparo, mas sua arma travou, motivo pelo qual deu um golpe de segurança e efetuou cinco disparos contra o passageiro, percebendo, posteriormente, que Tiago Ribeiro Messias ainda estava com vida (mídia fls. 619).

Por vez, GILMAR ALVES DOS SANTOS afirmou, no interrogatório, em juízo, que foram prestar auxílio a uma viatura diária que perseguia um veículo que se negara a parar, sendo que, assim que avistou o automóvel gol branco, desembarcou da viatura do GPT e, tendo em conta a velocidade do carro, bem como o movimento de pessoas na área central, a única forma que visualizou para obstar o avanço do automóvel foi atirar no pneu dianteiro, ocasionando a sua parada instantânea.

Relatou que avançou em direção ao veículo Gol e, quando abriu a porta do motorista, viu o condutor com as duas mãos para baixo,



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



23

segurando o volante, bem como o passageiro, que empunhava uma arma de fogo, razão pela qual, saindo da linha de tiro deste, angulou para a esquerda e efetuou os disparos contra o menor.

Afirmou que contornou o veículo até a porta do passageiro e, ao perceber que este não mais esboçava reação, colocou a arma em seu coldre e retirou o adolescente de dentro do veículo. Em seguida, afirmou que foi até o lado do motorista e ouviu este sussurrar por ajuda e, após prestarem o devido auxílio, em um momento de desespero, pegou a arma que estava no chão do carro Gol e efetuou vários disparos no para-brisa do veículo, de dentro para fora, na tentativa de alterar a cena do crime (mídia fls. 619).

O Comandante da Polícia Militar, Coronel Divino Alves de Oliveira, que assistiu às filmagens do evento, relatou que a abordagem dos recorrentes foi repleta de erros, vez que o procedimento operacional de abordagem não foi seguido de forma integral e que poderiam ter sido adotados outros meios de abordagem, outras formas de contenção, eficazes e menos drásticas, como estacionar a viatura no meio da rua, criando empecilho a que o Gol branco prosseguisse no deslocamento. Reconheceu que os policiais recorrentes já chegaram atirando no veículo gol, atitude esta totalmente equivocada e exagerada. Disse que não conhece o sargento GILMAR (mídia fls. 619).

Feitas essas considerações, mostra-se clarividente que, após a interceptação do veículo Gol, os policiais militares desceram da viatura do GPT e deram início a uma série de tiros contra o automóvel.

Assim, infere-se do contexto probatório a existência de indícios de que ambos os acusados, ora recorrentes, em um abordagem falha, sem obedecer aos procedimentos operacionais padrões da instituição a que pertencem, efetuaram, em tese, conduta que culminou na morte das vítimas indicadas.

Deixo de acatar a tese das excludentes de ilicitude do



## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



24

estrito cumprimento do dever legal e da legítima defesa putativa por ausência de prova indubitável de suas ocorrências, na linha da argumentação supra desenvolvida.

Quanto à tese de legítima defesa de GILMAR ALVES DOS SANTOS, ao que tudo indica, conforme apontado no laudo pericial de análise das imagens, foram os policiais que iniciaram os disparos contra o carro Gol Branco, sendo que, até o momento em que o recorrente abriu a porta do veículo Gol, os recorrentes PAULO MÁRCIO e GILMAR ALVES não tinham percepção inequívoca de que havia uma arma de fogo no interior do veículo Gol, situação em que cai por terra a alegação de legítima defesa putativa, pelo menos para os efeitos de absolvição sumária, que exige manifesta e clara comprovação da excludente.

Por sua vez, quanto ao estrito cumprimento do dever legal, em breve análise do contexto fático probatório extrai-se que os militares realizaram uma abordagem falha, com total inobservância aos procedimentos operacionais padrões, vez que já desceram atirando contra o veículo Gol branco.

As alegações de legítima defesa de terceiro e erro na execução, quanto à conduta praticada pelo acusado, ora recorrente, PAULO MÁRCIO TAVARES, também não encontram respaldo dentro da situação fática descrita nos autos, pelo menos não a ponto de autorizar a absolvição sumária que exige exculpação.

De igual modo, não procede a tese de desclassificação da conduta de PAULO MÁRCIO para a modalidade culposa, pois exsurge que o acusado não teria agido com imperícia ou de forma imprudente, mas sim com consciência do que fazia, tanto que efetuou, em tese, vários disparos de arma de fogo contra o veículo Gol branco, atingindo pelo menos três nas vítimas (dois em Tiago Ribeiro Messias e um em Marco Antônio), não havendo se falar em desclassificação para a modalidade culposa.

Embora não tenha sido objeto da insurgência, no que





## PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



25

concerne à circunstância qualificadora inscrita no inciso IV do § 2º do artigo 121 do Código Penal – uso de recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido – sua configuração na situação fática apresenta-se incontroversa, inferindo-se da própria descrição da conduta típica inserta na inicial acusatória, com respaldo na instrução probatória. O ataque perpetrado pelos militares, de inopino e realizado com mais de uma arma de fogo, em disparos simultâneos, praticamente impossibilitou reação das vítimas, de sorte que é de rigor preservar-se a qualificadora apontada no libelo inaugural, sobretudo porque circunstâncias dessa natureza só devem ser excluídas no juízo intermediário se claramente inocorrentes. Não é o caso. Ao Júri Popular compete o exame aprofundado de sua ocorrência ou não. Por ora, porque aparentemente procedente, há de subsistir.

Diante do exposto, acolhendo o parecer ministerial de cúpula, conheço dos recursos, para dar provimento ao apelo interposto pelo Ministério Público, a fim de pronunciar o acusado GILMAR ALVES DOS SANTOS nas sanções do artigo 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal, em relação à vítima Tiago Ribeiro Messias e negar provimento ao Recurso em Sentido Estrito interposto pelos acusados GILMAR ALVES DOS SANTOS e PAULO MÁRCIO TAVARES, a fim de manter a pronúncia de ambos nas sanções do artigo 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal, quanto à vítima Marco Antônio Pereira de Brito, bem assim a pronúncia de PAULO MÁRCIO TAVARES nas sanções do artigo 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal, em relação à vítima Tiago Ribeiro Messias.

Mantenho a prisão de ambos os acusados, haja vista que as condutas, em tese, por eles praticadas geraram **abalo social, uma vez que teriam sido perpetradas por agentes públicos no exercício da função, em afronta ao dever de zelar pela segurança da sociedade**. Embora os fatos descritos nos autos tenham causado grande clamor público e repercussão social, a medida extrema se apoia na necessidade de garantir o processo e não simplesmente em virtude da gravidade abstrata do delito, não se tratando, portanto, de medida imposta com o objetivo de satisfazer clamor popular ou repercussão midiática.



## **PODER JUDICIÁRIO**

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás



26

Nesse contexto, entendo conveniente a manutenção da segregação dos acusados para garantir a ordem pública e a realização da instrução processual, de modo que, em atenção aos parâmetros estabelecidos pelo artigo 282 do Código de Processo Penal, constato que a periculosidade, expressada pela ação delituosa, em tese praticada, justifica a custódia cautelar dos acusados GILMAR ALVES DOS SANTOS e PAULO MÁRCIO TAVARES.

É o meu voto.

Goiânia, 24 de setembro de 2019.

**DES. ITANEY FRANCISCO CAMPOS**

RELATOR